

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.221.642 - RS
(2017/0322624-2)**

EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL
PROCURADOR : JOÃO VITOR ROLIM RUPP E OUTRO(S) - RS076864
EMBARGADO : MARCOS GELSON DA SILVA MACHADO
EMBARGADO : TATIANA CARAZZAI MACHADO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Na origem, trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Município de Sapucaia do Sul contra decisão judicial que, nos autos de execução fiscal movida em desfavor de Marcos Gelson da Silva Machado, indeferiu o pedido de bloqueio de valores.

No Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a decisão judicial foi mantida em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. BLOQUEIO DE VALORES VIA BACENJUD ANTES DA CITAÇÃO DO DEVEDOR. DESCABIMENTO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA NÃO JUSTIFICADA.

1. Hipótese em que o Município teve indeferido o pedido de bloqueio de ativos financeiros, via sistema BACENJUD, em contas da parte executada, sob o fundamento de que a citação ainda não se concretizou nos autos.

2. Os documentos que instrumentalizam o presente agravo revelam que o agravante não demonstrou nenhuma excepcionalidade que justifique a inversão da ordem dos atos processuais da execução fiscal, ainda mais quando, depois de inexitosa a tentativa de citação por carta AR, não houve pedido de citação por oficial de justiça a que alude o inciso III, do art. 8º da LEF, tampouco há prova de que o exequente tenha empreendido diligências na tentativa de localizar o atual endereço da parte executada.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

O Município de Sapucaia do Sul interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal, cujo seguimento foi obstado pelo Tribunal de origem, ensejando a interposição de agravo nos próprios autos.

Recebidos os autos pelo Superior Tribunal de Justiça, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial.

Nos presentes embargos de declaração, a parte aponta a existência de omissão, uma vez que não teria sido comprovada a ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 932 do CPC/2015 de modo a autorizar o julgamento monocrático do recurso especial.

Aduz que a decisão foi omissa sobre precedente desta Corte citado no recurso especial, REsp n. 1.338.032/SP, de acordo com o qual seria possível o arresto dos bens do executado na modalidade *on-line* quando frustrada a tentativa de localização do executado.

A parte embargada não foi intimada para impugnação aos embargos diante da ausência de representação nos autos (fl. 149).

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração não merecem ser acolhidos.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia pronunciar-se de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Inicialmente cumpre esclarecer que o julgamento monocrático do recurso especial encontra previsão no art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que permite ao relator negar provimento ao recurso quando a pretensão recursal esbarrar em súmula do STJ ou do STF, ou ainda, em jurisprudência dominante acerca do tema, inexistindo, portanto, ofensa ao princípio da colegialidade.

Ao contrário do que alega a parte embargante, a decisão não apresenta omissão, visto que foi clara e fundamentada ao dispor que, de acordo com entendimento jurisprudencial desta Corte de Justiça, apenas quando o executado for validamente citado, e não pagar nem nomear bens à penhora, é que poderá ter seus ativos financeiros bloqueados por meio do sistema BacenJud, sob pena de violação ao princípio do devido processo legal.

Ademais, conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE
PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL.
OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES.

IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Por fim, verificada a existência de erro no dispositivo da decisão embargada, procedo à sua correção de ofício.

Onde se lê:

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RI/STJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Leia-se:

A conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte Superior obsta o conhecimento do recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial: "[n]ão se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, do RISTJ, conheço do agravo em recurso especial para não conhecer do recurso especial.

Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração,

com efeitos modificativos, para corrigir o erro no dispositivo da decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de julho de 2018.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

